

ALÉM DO DESERTO A concha e a multiplicidade na paisagem Pós-antropoceno

BEYOND THE DESERT

The shell and multiplicity in the Post-anthropocene landscape

Ana Luiza Silva Freire¹ e Marcos Bohmer Britto²

Resumo

Há muito nosso modo de pensar esteve centrado na figura humana como principal agente das transformações da paisagem do planeta. Se apoiando na oposição dicotômica cultura e natureza, este pensamento se insere num contexto mais amplo: a era geológica nomeada de Antropoceno. A emergência climática consequente ao Antropoceno suscita previsões de que o planeta não suportará mais o modo de vida posto atualmente pelo Ocidente capitalista, o que recai sobre uma equivalência entre a extinção da vida humana e a extinção da vida, em geral, e das múltiplas existências na Terra. Como objeto de pensamento, este artigo utiliza-se de uma concha, encontrada durante um processo de pesquisa empírico, e tomada como artefato arqueológico. O debate conceitual segue o rastro desse caco do tempo presente, bem como se baseia na materialidade e nas histórias das paisagens onde a concha foi encontrada, e se fundamenta nas noções de Deserto, de Elisabeth Povinelli (2023), e Paisagens relacionais, de Anna Tsing (2019). Objetiva-se, dessa maneira, discutir ontologicamente possibilidades de paisagens pós-antropocêntricas complexas, para além da dualidade natureza/cultura.

Palavras-chave: Arqueologia do Antropoceno, ontologia, paisagem, imaginação, Pós-antropoceno.

Abstract

For a long time, our way of thinking has been centered on the human figure as the main agent of transformations in the planet's landscape. Rooted in the dichotomous opposition of culture and nature, this thinking is inserted into a broader context: the geological era named the Anthropocene. The climate emergency resulting from the Anthropocene raises predictions that the planet will no longer support the way of life currently imposed by capitalist Western society, leading to an equivalence between the extinction of human life and the extinction of life in general, including the myriad existences on Earth. As an object of thought, this article uses a shell found during an empirical research, treated as an archaeological artifact. The conceptual debate follows the trace of this fragment from the present time, as well as being based on the materiality and histories of the landscapes where the shell was found. It also follows the notions of the Desert by Elisabeth Povinelli (2023), and Relational Landscapes by Anna Tsing (2019). The aim is thus to ontologically discuss possibilities of complex post-anthropocentric landscapes, moving beyond the duality of nature/culture.

Keywords: Anthropocene Archaeology, ontology, landscape, imagination, Post-

¹ Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Univates (2013) e mestre pelo PROPAR/UFRGS (2016). É doutorando em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/UFBA (2019-Atual) e membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPGAU/UFBA).

² Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) e mestre pelo PPG-AU/UFRN (2018). É doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no PPGAU/UFBA (2019-Atual) e membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPGAU/UFBA).

anthropocene.

Introdução

O Antropoceno é denominado, em linhas gerais, como o período ou época geológica que busca reconhecer o impacto significativo e generalizado da espécie humana sobre o planeta Terra. O próprio nome Antropoceno ainda está em debate³ assim como a data de início desse período⁴, e o desafio de observar esse processo em andamento tem transformado tanto o campo das Ciências da Natureza como o das Ciências Humanas.

No Antropoceno, o humano⁵ (*anthropos*) causa, através de sua atividade predatória, mudanças profundas na biosfera, atmosfera e litosfera do planeta Terra. As espécies não-humanas, portanto, estariam subjugadas à essa atividade predatória e sofreriam as consequências derradeiras dela, assim como as demais existências não necessariamente vivas – aquelas que escapam do cercamento conceitual biológico que entende a vida a partir do ciclo de nascimento-crescimento-reprodução-morte – como montanhas, mares, lagos, rochas etc. Nas palavras da antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing, o antropoceno trata-se da era da “perturbação humana” (TSING, 2019). A filósofa Elisabeth Povinelli, por sua vez, diz que “o Antropoceno marca o momento em que a existência humana se tornou a forma determinante – e maligna, diga-se de passagem – da existência planetária, substituindo a constatação simplória de que humanos afetam o seu meio” (2023, p. 30-31). Povinelli reitera:

[...] o Antropoceno e seu conceito companheiro de mudança climática não devem ser vistos meramente como eventos geológicos e meteorológicos, e sim como um conjunto de turbulências políticas e conceituais que emergiram nos anos 1960 – o movimento ambientalista radical, a oposição indígena à mineração, o conceito de Gaia e do planeta azul (2023, p. 37).

Pensar o pós-antropoceno, portanto, requer considerar as consequências que o próprio Antropoceno impõe ao planeta Terra e aos seres que nele habitam. Como imaginar o momento posterior ao fim da perturbação humana na Terra? Apostamos que imaginar o mundo⁶ – ou mundos – onde a vida humana se perpetua tal qual atualmente não é eticamente responsável, seja com nós mesmos, seja com o planeta. De certo, no pós-antropoceno existirão os fragmentos, restos, cacos e detritos do modo de vida humano atualmente colocado, sejam eles microscópicos, como os microplásticos que se misturam aos oceanos, ou de escala monumental, como as imensas construções abandonadas de indústrias, complexos esportivos etc., ou ainda os restos de lixo

³ “[...] penso que mais do que um grande nome, na verdade, é preciso pensar num novo e potente nome. Assim, Antropoceno, Plantationoceno e Capitaloceno [...]. E também insisto em que precisamos de um nome para as dinâmicas de forças e poderes sim-chthonicas em curso, das quais as pessoas são uma parte, dentro das quais esse processo está em jogo. (Haraway, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-140, 2016.

⁴ A filósofa Elisabeth Povinelli explica que o Antropoceno, para alguns, teve início com a Revolução Neolítica, “com a invenção da agricultura e explosão da população humana”; para outros, foi a “detonação da bomba atômica, com o espalhamento de sedimentos radioativos na estratigrafia terrestre” que iniciou a era aqui discutida; e, ainda para alguns, o Antropoceno iniciou com a “Revolução Industrial, movida a carvão, com a liberação em grande escala de hidrocarbonetos na atmosfera”. (Povinelli, Elisabeth. *Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio*. Ubu Editora, 2023, p. 31).

⁵ Vale lembrar que é também um tipo específico de humano que o Antropoceno se refere. A definição desse tipo de humano também é debatida, de modo imbricado à discussão do termo Antropoceno.

⁶ Eduardo Viveiros de Castro nos lembra que “o mundo é uma perspectiva objetiva” (2014, p. 33), de modo que também é necessário entender para quem o mundo é imaginado.

espacial⁷ que orbitam a atmosfera terrestre: os entulhos e resíduos da dita “humanidade civilizada”, como observou Rem Koolhaas em 2001, ao dizer que “se o lixo espacial é o detrito humano que entulha o universo, o espaço-lixo é o resíduo que a humanidade deixa no planeta” (Koolhaas, R. 2001, p. 176, tradução livre).

A imaginação sobre as consequências do Antropoceno – um pós-antropoceno, portanto – remete frequentemente ao fim da humanidade, o qual é colocado como equivalente ao fim do mundo. Esses são tópicos explorados há algum tempo em obras de ficção, sobretudo pela criação de cenários distópicos em que o ser humano é o principal responsável pela sua própria extinção. “Floresta é o nome do mundo” (1972), romance de Úrsula Le Guin, por exemplo, conta uma história em que humanos, após terem devastado o planeta Terra, partem para outros planetas para colonizá-los. “Sob a água negra”, conto de Mariana Enriquez (2017), narra a história de uma comunidade periférica e miserável de Buenos Aires, onde corre um rio que recebe todos os dejetos urbanos e, portanto, é extremamente poluído e tóxico. Há, nessa comunidade, pessoas com as mais diversas doenças e deformidades corporais, em decorrência da água contaminada do rio. O assassinato de dois jovens da comunidade por policiais, que jogam os meninos no rio ainda vivos, desencadeia uma transformação na favela, pois um desses meninos retorna à terra como uma espécie de deus do mundo subterrâneo, um “um deus do Antropoceno” (Araújo, A. 2023), que incorpora as violências perpetradas contra a Terra e contra a própria humanidade.

Os exemplos da temática são vastos, e longe de debater questões específicas a essas obras, buscamos, com este artigo, dar visibilidade e questionar a imaginação que coloca como equivalentes o final da vida humana e o final da vida no planeta Terra. Para isso, nos apoiaremos no trabalho de Elisabeth Povinelli (2023), filósofa australiana que possui um longo trabalho junto a grupos aborígenes daquele país. Baseada no trabalho de Michel Foucault (2008) e na cosmologia aborígene, Povinelli cria figuras conceituais⁸ que englobam discursos, táticas e imagens com as quais a política contemporânea – ou liberalismo tardio, de acordo com a autora – governa não somente os mercados e as sociedades, mas as subjetividades de quem está submetido a esse sistema. Especificamente, trataremos da figura do Deserto, uma vez que ela e seu imaginário remetem ao “espaço em que já houve vida, não há mais, mas poderia haver se conhecimentos, técnicas e recursos fossem devidamente administrados” (2023, p. 42). Ou seja, o Deserto alude as estratégias políticas capitalistas para as quais “tudo é inerte, replicante, imóvel, dormente e duradouro” (p. 45), como o imaginário da equivalência entre o final da vida na Terra e o final da vida humana.

Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski (2014), ao apresentar e discutir a questão do fim do mundo como análogo ao fim da humanidade - colocadas frente à emergência climática global e ao reconhecimento do Antropoceno como causador dessa emergência - também se referem a imagem do deserto ao imaginar o pós-antropoceno, ainda que não de modo conceitual, como Povinelli:

⁷ If space-junk is the human debris that litters the universe, Junk-Space is the residue mankind leaves on the planet. (Koolhaas, R. Junkspace. 2002, p. 176).

⁸ No sentido Foucaultiano, em que “figura” é uma imagem que nos faz ver algo. Foucault trabalhou com figuras desse tipo para discutir mecanismos de funcionamento da biopolítica: são as figuras do casal malthusiano, da mulher histórica, da criança masturbadora e do adulto perverso. Povinelli, ao destacar mecanismos de reprodução do neoliberalismo, responde a Foucault ao colocar o Geontopoder como subjacente ao Biopoder, e por isso também cria e trabalha com outras figuras conceituais. [Michel Foucault, Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978), trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.]



Figura 1 - A concha. Fonte: Acervo autoral, 2023.

O mundo depois de nós pode ser visto como uma nova Idade de Ouro para a vida, ou, alternativamente, como um deserto silencioso e morto; a humanidade após o fim do mundo pode ser vista como uma raça de super-homens cujo destino é o cosmo infinito, ou como um punhado de sobreviventes miseráveis em um planeta devastado, e assim por diante (p. 34).

Neste artigo, buscamos ir na contramão das imagens de uma paisagem pós-antropocêntrica identificada com a figura do Deserto. Ou seja, objetivamos, amparados pelo que consideramos ser um fragmento arqueológico do Antropoceno – uma concha que sobrou de algum souvenir turístico –, e do conceito de paisagem baseado na proposição de Anna Tsing (2015), pensar em cenários pós-antropoceno que se distanciem da figura do Deserto, e que, portanto, afastam-se da distopia, da catástrofe e da ideia de vazio e fim de mundo conectadas ao fim da humanidade. Para isso, primeiramente trataremos do contexto de investigação a partir do qual encontramos o nosso artefato arqueológico antropocêntrico: a concha. Em seguida, exploraremos a materialidade da concha como um rastilho que, ao seguirmos, nos leva a refletir acerca da discussão conceitual entre natureza e cultura, e a relação disso com as noções de paisagem, natureza, “complicado” e “complexo”. Por fim, delinearemos uma proposição de reflexão acerca da paisagem pós-antropocêntrica que, com base nas autoras mencionadas anteriormente e nos nossos objetos de pensamento (a concha, a paisagem existente e os conceitos) nos guia a imaginar um mundo em que o *anthropos* não é o centro e o único sujeito da(s) história(s).

Acerca de um sítio e um artefato antropocêntrico

[...] o historiador deve renunciar a algumas hierarquias seculares – fatos importantes contra fatos insignificantes – e adotar o olhar meticuloso do antropólogo atento aos detalhes, e, sobretudo, aos pequenos detalhes (Didi-Huberman. 2015, p. 117).



Uma concha natural, de superfície rugosa e amarelada nas bordas, com a palavra “sal” escrita em preto, junto ao seu lado maior, e um grumo de cola transparente em seu centro, onde grãos de areia estão grudados ocasionalmente. Com aproximadamente 6cm de largura e 6cm de comprimento, essa concha - que por suas características nos permite inferir que ela pertenceu a algum conjunto de artesanato, souvenir turístico -, foi encontrada numa visita de campo que em que se buscou vestígios da ruína do Grande Hotel Stella Maris, localizado no bairro de Stella Maris, em Salvador, BA. A construção desse edifício começou na década de 1970 mas nunca foi finalizada, e permaneceu na orla⁹ por duas décadas até sua implosão – televisionada - em meados de 1990. Consideramos a concha - encontrada na área do hotel implodido - um fragmento antropocêntrico, um caco arqueológico a partir do qual é possível imaginar futuros diversos.

Em um gesto semelhante ao do catador Benjaminiano (1991), recolhemos a concha. Walter Benjamin, crítico à noção de progresso positivista da História, valorizava um projeto de historiografia baseado no colecionismo, re-contextualizando os objetos que eram considerados inúteis. O personagem do catador é “como o alegorista-colecionador barroco, ele se volta para o pequeno e aparentemente sem importância para construir seu painel móvel do século XIX.” (Seligmann-Silva, 2010, p. 62).

A concha, então, nos aparece como esse pequeno caco esquecido junto a outros restos – e, ademais, um fragmento do tempo presente, de modos de produzir e descartar desse tempo. É também um fragmento de uma paisagem existente, atual, uma vez que a própria constituição da concha se apresenta transformada por elementos dessa paisagem. Ao encarar a concha como um objeto arqueológico, entendemos que ela nos revela pistas tanto sobre a época de sua confecção, como sobre o momento em

⁹ Na internet, encontramos relatos de usos “informais”, ocupações feitas por pessoas durante a permanência do esqueleto do hotel por mais de duas décadas, na orla de Stella Maris. Há, também, um vídeo que mostra a cobertura jornalística da implosão, em 1994.

que a encontramos: o ano de 2023, a era do Antropoceno. Georges Didi-Huberman, ao falar sobre a arqueologia benjaminiana, explica que “a arqueologia não é apenas uma técnica para explorar o passado, mas também, e principalmente, o presente” (2017, p. 67). Portanto, é a partir da concha que intencionamos exercer uma prática da história que “parte não dos próprios fatos passados, essa ilusão teórica, mas do movimento que os relembra e os constrói no saber presente do historiador” (Didi-Huberman, 2015, p. 116).

Inferimos que, pela própria palavra escrita em sua superfície - “sal” -, essa concha constituiu um souvenir turístico da praia Pedra do Sal, localizada exatamente entre os bairros de Itapuã e Stella Maris (e suas praias homônimas). Todavia, a descoberta desse fragmento antropocêntrico aconteceu nos arredores de um Resort que, atualmente, ocupa exatamente o mesmo local onde existiu, por décadas, a ruína de um hotel que não teve sua construção finalizada - o Grande Hotel Stella Maris. O Resort atual, construído sobre o mesmo terreno - e restos, supomos - do Grande Hotel Stella Maris, é, além do mais, homônimo da antiga ruína.

Entretanto, as características do empreendimento atual replicam a tipologia comum e contemporânea ao ramo hoteleiro com base na economia de sol e mar, peculiar à costa litorânea do Nordeste brasileiro. O Resort Stella Maris segue uma tipologia escalonada, com predominância de materiais como concreto e vidro, e, para compor com as características locais, algumas coberturas em piaçava. Compõe-se de um conjunto de blocos de apartamentos, salões, lojas, piscinas, e um paisagismo em que espécies de plantas não nativas, plantadas de modo a impedir o movimento da areia da praia, eram vistas entre a composição arquitetônica.

Há, nos arredores do resort, alguns lotes desocupados de construções arquitetônicas e humanas, e que por isso estão cobertos de uma mistura de vegetação não nativa e plantas próprias do local. Inferimos, portanto, que são áreas onde ou já foi implantado algum projeto paisagístico tal qual o do resort, com espécies distantes daquelas encontradas em restingas¹⁰; ou, então, que o vento e espécies animais carregaram para esses lotes tanto as sementes das plantas endêmicas como das plantas exóticas à região.

Identificamos, também, que alguns desses lotes estavam em um nível mais baixo que a rua, e com poças d’água em alguns pontos. O bairro de Stella Maris – onde aconteceu o achado antropocêntrico – é vizinho ao bairro de Itapuã, e os dois estão numa grande área dunar, onde existe um sistema de lagoas intermitentes, entre elas a renomada Lagoa do Abaité¹¹. Para além da definição dessa área como Área de Preservação

¹⁰ “A restinga é uma planície arenosa costeira, de origem marinha, incluindo a praia, cordões arenosos, depressões entre-cordões, dunas e margem de lagunas, com vegetação adaptada às condições ambientais. [...] Sobre a restinga é possível se encontrar a vegetação de restinga, que é um conjunto das comunidades vegetais, fisionomicamente distintas, sob influência marinha e fluvio-marinha, que ocorrem distribuídas em mosaico e em áreas de grande diversidade ecológica, sendo consideradas comunidades edáficas, por dependerem mais da natureza do substrato que do clima. A cobertura vegetal nas restingas pode ser encontrada em praias e dunas, sobre cordões arenosos, e associadas a depressões.” Costa, Raissa. Restinga. Zona Costeira, s/d. Disponível em: <http://zonacosteira.bio.ufba.br/vrestinga.html>. Acesso em: 28/02/2024.

¹¹ De acordo com a professora, ativista social e antropóloga Clara Domingas, “Afirmamos Abaité com ‘i’ para reforçar a retomada ancestral em curso, evocando o Tupi antigo, língua nativa dominante neste território, antes da invasão europeia e durante os primeiros anos de colonização. O caso foi analisado por Frederico Edelweiss (1969) tupinólogo interessado em investigar topônimos de origem Tupi na cidade de Salvador, concluindo que seria uma inadequação do termo Abaeté com ‘e’. A palavra ‘eté’ remete a homem (Abá) abalizado, de valor, verdadeiro. Diferentemente, ‘ité’ tem sentido de sinistro, traduz de maneira precisa a realidade geográfica do lugar, que desafia, inspira medo, respeito, mistério e terror, próprias às lendas e causos em torno da lagoa escura do Abaité”. (DOMINGAS, Clara. 2023, s/p. Disponível em: <https://www.>

Ambiental (APA do Abaeté), entendemos que há, ali, um ecossistema em que dunas, lagoas, rios e restingas são conectados um ao outro.

A concha, nosso objeto arqueológico material, nos leva não somente ao refinamento do olhar sobre o “sítio arqueológico” onde ela foi encontrada, mas, como na arqueologia benjaminiana, nos guia à memória das coisas: o encharcamento e brotar d’água naqueles lotes podem indicar que, ali, é uma área lagunar; indicam, de fato, que esses lotes fazem parte de um sistema maior de águas e espécies animais, vegetais e minerais. Revelam, ademais, conexões que não são compreendidas por limites administrativos e marcos regulatórios, e que, com a urbanização produzida contemporaneamente¹², continuam a ser enfraquecidas. Sobretudo, demonstram que há um cercamento conceitual pressuposto à essa forma de pensar o presente e suas práticas políticas e de vislumbrar e imaginar mundos.

A concha e o romper da dualidade entre natureza e cultura

A concha encontrada durante a atividade exploratória de campo constitui-se como um objeto formado pelas ações do homem e da natureza, que se tornaram indissociáveis uma da outra, na própria materialidade daquele objeto. É um fragmento natural e cultural simultaneamente, como é possível demonstrar pelos elementos de sua composição: o polímero da cola semitransparente, o preto da tinta da grafia “sal”, sobre o topo da peça, os grãos de diferentes brilhos e tamanhos da areia, a constituição quase óssea da própria concha. Não é possível, portanto, os separar. Também devido a isso, reiteramos o olhar sobre a concha como um artefato do Antropoceno.

A concha, um caco de um souvenir, ao ser olhada com atenção, nos leva a refletir sobre o a divisão natureza/cultura: coletada no mar, ela foi pintada, envernizada e colada. Os materiais utilizados para essas modificações, por sua vez, só foram manufaturados, obtidos, distribuídos e utilizados devido a atividades específicas de dominação, exploração e categorização da natureza – e de alguns grupos humanos, em diferentes escalas. Além disso, a própria calcificação da concha compõe com os microplásticos presentes nos oceanos. Sua cor, as lascas presentes em suas extremidades, e os diversos grãos de areia misturados à sua superfície mostram, ainda, que a interação entre ações consideradas puramente naturais – vento, exposição ao salitre e à areia – e culturais - descarte impetuoso, deposição de polímeros, pintura, quebra intencional - não se dá materialmente de forma separada, da maneira rígida que a ontologia capitalista, ocidental, branca, a qual constitui nossa visão de mundo, assume.

[instagram.com/p/Cydxhwo_h/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/Cydxhwo_h/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em 06/11/2023).

¹² Como é possível ilustrar com as notícias recentes acerca do desenvolvimento urbano imobiliário em Salvador: “Risco ao meio ambiente: Moradores de Stella Maris reclamam de construção de mega empreendimento” (Disponível em <https://www.bnews.com.br/noticias/salvador/risco-ao-meio-ambiente-moradores-de-stella-maris-reclamam-de-empreendimento.html>); “Murallas à beira mar: Prédios de até 21 andares na orla de Salvador prejudicam lazer e bem-estar da cidade” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/142461,murallas-a-beira-mar-predios-de-ate-21-andares-na-orla-de-salvador-prejudicam-lazer-e-bem-estar-da-cidade>); “Moradores de Salvador denunciam construções que ameaçam Praia do Buracão” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/139917,moradores-de-salvador-denunciam-construcoes-que-ameacam-praia-do-buracao>); e “Urbanização na orla de Salvador destrói vegetação nativa e ameaça tartarugas marinhas” (Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/139728,urbanizacao-na-orla-de-salvador-destroi-vegetacao-nativa-e-ameaca-tartarugas-marinhas>).

Pela constituição de sua materialidade, a concha também nos revela, no tempo do agora, uma visão do futuro: a persistência da natureza, mesmo que transformada pela ação antrópica. Indica, como a paisagem onde a encontramos, que o tempo presente se constitui pela inseparabilidade do *anthropos* do natural - coisa que não conseguimos ainda fazer bem nem com a linguagem, nem com a separação disciplinar das ciências – e que essa inseparabilidade, por ser constitutiva dos espaços, forja os futuros hoje em composição. A concha, então, se torna um fragmento não só material, mas de pensamento, que pode nos orientar para uma libertação da construção ontológica que divide natureza e cultura, materialmente e subjetivamente. - e que não está apenas na concha, mas é encontrada na paisagem também.

Paisagens e naturezas-culturas

A dicotomia natureza e cultura, constitutiva do nosso modo de pensar, atravessa as nossas cidades politicamente e espacialmente. Nesse sentido, pensar a noção de paisagem é importante para debater acerca da interferência humana, planejada ou não, bem como de outras interferências, em sua construção. A paisagem é considerada uma composição cultural principalmente no campo da Arquitetura e Urbanismo, um “desenho da natureza” (Lamas, 2011, p. 70), formulado pelo homem, equivalente à arquitetura paisagística, e originada na “arte da organização do espaço” (Lamas, 2011, p. 70). Tim Ingold (2022) aponta que o significado moderno de paisagem tem de fato origem na arquitetura, e que foi durante o Renascimento que esse conceito deixou de aludir aos “trabalhos de modelação de terra dos fazendeiros e lenhadores [para remeter] à projeção cenográfica dos artistas e arquitetos” (p. 115).

Nessa concepção de paisagem, portanto, a natureza é moldada a um cenário conformado, domesticado, estetizado, categorizado e inerte, produto da perturbação humana, e, portanto, produto cultural. Ou seja, para produzir uma paisagem, de acordo com a sua definição etimológica e histórica, a sociedade (europeia, ocidental) inventou a possibilidade de estabilizar papéis e atributos à natureza. Esse processo pode ser entendido de acordo com a discussão entre Complicado e Complexo¹³, de Isabele Stengers (2022b): criamos convenções que simplificam a complexidade da vida, e as tornamos complicadas. Nesse processo de complicação, singularizamos o agenciamento humano do espaço, no caso, e objetificamos as outras formas de matéria, vivas e não vivas.

Entretanto, de fato, o agenciamento do espaço não é apenas um conjunto de ações humanas – como pressupõe-se, por exemplo, em projetos arquitetônicos e urbanísticos que tem a concepção do espaço como tábula-rasa. Emanuelle Coccia (2020) defende que o meio ambiente natural não existe. O mundo é concebido, desenhado, projetado. O espaço é sempre concebido por outros seres para outros seres, numa relação de transformação contínua e complexa. Para Coccia, estar no mundo implica em viver num espaço concebido por muitas outras espécies, muitos outros seres. Esse espaço sempre é desenhado por um agenciamento coletivo, ampliado aos seres não humanos. Coccia considera o termo paisagem como sendo uma criação moderna, que apenas encena um certo domínio do homem sobre parte do mundo que distingue como natural. No entanto, toda paisagem, como bem lembra através de Joachim Ritter, “é fruto do

¹³ A filósofa belga explica que o Complicado seria a visão analítica, que separa os elementos, os categoriza, para então tentar entender suas relações próximas, porém limitadas. A Complexidade seria entender o mundo pelas mais incontáveis relações que ocorrem, mas que nossa capacidade de compreensão ainda não é capaz de atingir, e nossa linguagem encontra desafios a explicar. (2022). Se considerarmos a complexidade do mundo, conseguimos pensar em como a concha encontrada pode não estar separada nem da cultura e nem da natureza.

espírito especulativo” (Ritter *apud* Coccia, 2023, p?). Todos seres (vivos ou não) são artistas/projetistas do mundo, assim como a hidrosfera forma o rio que cria a condição para que os humanos colem água. Se convencionamos delimitar as bordas de um rio imaginando que se tem controle sobre seu contorno, quando sua hidrosfera inteira é o rio. O brotar d’água nos lotes vazios ao redor do Resort em Stella Maris é, também, especulação e agência daquelas águas, areias, vegetações e seres não-humanos na paisagem (e no mundo), transformados pelo turismo capitalista, e pelo homem. Estar no mundo, diz Ritter, “significa, para cada espécie, viver no espaço concebido e construído por outros. Viver, portanto, significa sempre ocupar, invadir um espaço estrangeiro e negociar o que poderia ser um espaço compartilhado.” (Coccia, 2020, p. 185).

Ao colocar as outras espécies como agentes da transformação da Terra – ou de Gaia¹⁴ - essa dicotomia de ambiente natural e ambiente artificial é quebrada. O espaço é sempre, em todas as suas partes, concebido, desenhado e construído por outras espécies e para outras espécies para além daquela que o ocupa. É além disso: ao nomear a Terra como Gaia, Stengers aponta para o “conjunto de relações [...]: os seres vivos, os oceanos, a atmosfera, o clima, os solos mais ou menos férteis [...] uma história de coevolução” (2015, p. 38) do planeta. Ou seja, o espaço é especulado e produzido também por e para seres existentes que escapam da dimensão da vida biológica, como pedras, montanhas, mares. No Antropoceno, vemos o que deve ser acirrado em um cenário posterior: a composição de mundos entre as espécies humanas e não humanas, os seres geológicos, e as próprias existências criadas pelos humanos, como uma atmosfera poluída por gases tóxicos, e solos e águas em que compostos químicos, entulhos e lixo misturam-se e transformam a biosfera, litosfera e atmosfera.

É por essa razão que as relações com o mundo são sempre políticas¹⁵ (Coccia, 2020). A distinção dicotômica Natureza/cultura, portanto, se trata de uma construção conceitual e ontológica que gera um problema de compreensão de mundo. A natureza não é apenas um objeto ou um aspecto da paisagem que o homem possa copiar e reproduzir. Organizar, dar forma, divisão e nome para os elementos que compõem a natureza não a torna uma paisagem artificial, um artefato humano – a torna Complicada, o que camufla a sua Complexidade, nos termos de Stengers (2022b). Para Coccia, não existe divisão territorial, ou divisão cultura-natureza, ou cidade-natureza, existe apenas a natureza (Coccia, 2023), a qual é dada pela complexidade de relações entre humanos, não humanos, seres vivos e seres não vivos.

Se tudo é natureza e cada ser existente é corresponsável por moldar o ambiente onde existimos, onde co-construímos mundos, a natureza deixa de ser apenas objeto passível de dominação e exploração, e passa ao papel de sujeito. Os restos da cultura, como a concha lascada, encontrada em Stella Maris, também compõem essa natureza

14 Isabelle Stengers advoga pelo uso do termo Gaia, a qual não é “a Terra ‘concreta’, nem tampouco aquela que é nomeada e invocada quando se trata de afirmar e fazer sentir nossa conexão com esta Terra [...]”. E Gaia, ‘planeta vivo’, deve ser reconhecida como um ‘ser’, e não assimilada a soma de processos [...]: ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades próprio, oriundo de múltiplas e emaranhadas maneiras pelas quais os processos que a constituem são articulados uns aos outros”. (2015, p. 37-38).

15 Dipesh Chakrabarty também defende algo similar. Segundo Silva e Lopes: “As formas de justiça e de política para Chakrabarty precisam abranger toda a vida natural reprodutiva – a *zoe* – e não somente os seres sencientes, como postulado pela ética e justiça animal. O Antropoceno evidencia os limites dos padrões antropocêntricos de justiça e política, insuficientes para pensar o mundo não-humano, mostrando a necessidade de repensar a gramática que orienta a política desde o século XVII”. SILVA, André Felipe; LOPES, Gabriel. Entre Horizontes e Sedimentos: o Impacto do Antropoceno na História a partir de Chakrabarty e seus Interlocutores. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 11, n. 2, p. 372, 2021.

ativa, e por ela são transformados. Natureza e cultura, no Antropoceno, tornam-se uma só: *naturezas-culturas*, como propõe Donna Haraway (2021).

Concha e paisagem, materialidade e teoria

Paisagens múltiplas e relacionais

Tendo encontrado a concha e tensionando sua relação natureza / cultura, buscamos agora avançar no conceito de paisagem pós-antropoceno que defendemos neste ensaio, expondo as discussões teóricas sobre paisagens para Anna Tsing. A autora é bastante categórica: “Paisagem, na minha escrita, é constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado.” (Tsing, 2019, p. 16 e 17). O excepcionalismo humano não é mais uma questão nessa visão de paisagem, que dá lugar pra animais, plantas, rochas, conchas e demais agentes atmosféricos como companheiros na política de transformação do mundo.

Minha terceira intervenção metodológica [...] é fundamentar pesquisa e análise em uma paisagem. Uma paisagem é o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, importantes e construídas sem intenção [...] uma paisagem pode existir em qualquer escala, mas sempre envolve uma diversidade de fragmentos. Uma mistura de fazendas e florestas é uma paisagem, mas também uma folha na qual insetos e fungos criaram micro-ecologias. Pensar com paisagens abre a análise para uma multiplicidade entrelaçada (Tsing, 2019, p. 149).

Paisagens são frutos da “diversidade contaminada”, termo que Tsing usa para se referir aos modos de vida que se desenvolveram em relação aos últimos milhares de anos de perturbação humana.

Diversidade contaminada é adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária — assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (Tsing, 2019, p. 23).

Dentro da perspectiva da diversidade contaminada, a autora defende que podemos apostar em uma postura de “Perturbação lenta”, ou seja, quando a perturbação humana cria ecossistemas em que outras espécies podem viver, que nutrem colaborações entre espécies. Permitir colaborações interespecies, significa, também, narrar as histórias em que a diversidade emerge e admitir sua natureza contaminada.

Um ótimo exemplo que reforça essa afirmação é ilustrado no estudo de Tsing (2019) sobre os catadores de cogumelos matsutake na região de Oregon, Estados Unidos. Para encontrarem o cogumelo que cresce debaixo da terra, os catadores precisam estar atentos e se relacionar às diferentes linhas de vida que os cercam, movimentando memória e movimento, como numa dança. Eles ficam atentos aos traços de outros animais, como ursos e alces que se alimentam do cogumelo, às plantas que florescem próximas a eles, às plantas que servem de apoio para seu crescimento e até mesmo às que indicam que o solo em determinado local não é propício para o crescimento desse tipo de cogumelos. O conceito de paisagem para a autora depende de uma mudança nos modos de olhar para a mesma. Assume a seguinte definição: “Paisagem, na minha

escrita, é constituída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado.” (Tsing, 2019, p. 16–17). Trata-se de um modo de conhecimento relacional, que não passa por um sistema de classificação prévia das coisas – os cogumelos –, mas por um modo de compreensão de suas relações e associações com outras linhas de vida. Uma busca por olhar para os cruzamentos de outras populações não humanas encaradas como sujeitos das transformações naquela paisagem.

Ainda que Tsing considere as populações não-humanas como sujeitos que fazem parte de uma mesma história num processo entrelaçado à nossa, ela não deixa de reconhecer que a perturbação causada pela atividade humana sobre as demais espécies assume uma relação assimétrica. Nessa relação de assimetria, o que é possível é encarar a diversidade contaminada tendo em vista a busca por uma perturbação lenta.

O deserto e uma outra ontologia da existência

O imaginário do pós-antropoceno frequentemente remete aos cenários distópicos de ficções, pois, segundo Danowski e Viveiros de Castro,

O espaço psicológico se vai tornando coextensivo ao espaço ecológico – mas agora não mais como controle mágico do ambiente, e sim como o ‘pânico frio’ (Stengers) suscitado pela enorme distância entre conhecimento científico e impotência política, isto é, entre nossa capacidade (científica) de imaginar o fim do mundo e nossa incapacidade (política) de imaginar o fim do capitalismo [...]. (Danowski, D.; Viveiros de Castro, E. 2014, p. 31).

Elisabeth Povinelli em seu livro *Geontologias* (2022), cria uma figura conceitual para reunir tais características comuns aos imaginários de paisagens pós-antropoceno distópicas, sejam elas produções artísticas e ficcionais, sejam discursos, táticas e imagens com as quais o capitalismo contemporâneo opera os modos de reprodução nos territórios objetivos e subjetivos.

O Deserto é uma ferramenta, figura e diagnóstico do “modo de governança liberal tardio” (p. 41), mais evidente em locais onde o colonialismo existiu e persiste sob diferentes formas¹⁶. Refere-se a locais “em que já houve vida, não há mais, mas poderia haver se conhecimentos, técnicas e recursos fossem devidamente administrados” (p. 42). A culpa da retirada da vida é majoritariamente humana e assim também caberia à humanidade, a possibilidade de que ali pudesse haver vida caso os conhecimentos, técnicas e recursos tivessem sido devidamente administrados. Tem como base o sistema de pensamento, o qual estamos imersos, que diferencia *bios* de *geos* – ou seja, o que é Vivo e que corresponde ao ciclo do carbono de nascimento, crescimento, reprodução e morte; e o que não é vivo, e que, portanto, não é sujeito e nem dotado de faculdades subjetivas e direitos, como montanhas, rochas, oceanos, lagoas, ecossistemas, entre outros.

¹⁶ Antônio Bispo dos Santos explica, no texto “Arquitetura e contracolonialismo”, que “O Estado é ambiente colonialista [...] e abstrato. [...] Qualquer governo que governar este Estado será um governo colonialista, porque o Estado é colonialista” (2023, p. 74). A estrutura organizativa política, para o autor, ainda hoje não deixou de ser colonialista, uma vez que continua a alterar, subjugar e proibir diversos modos de vida. (Bispo dos Santos, Antônio. *Arquitetura e Contracolonialismo*. In: *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p. 56-74. 2023).

Segundo Povinelli, há uma hierarquia nesse sistema de pensamento, uma vez que os seres vivos, para a biologia do ciclo do carbono, são considerados superiores aos seres e existências geológicas, vistas, no sistema de pensamento humano ocidental, capitalista e herdeiro do colonialismo, como inertes, inanimadas, estéreis. “O Deserto, em outras palavras, se atém à distinção entre Vida e Não Vida e dramatiza a possibilidade de que a Vida esteja sempre sob a ameaça das areias rastejantes e dissecantes da Não Vida.” (p. 42)

Não à toa, o deserto é uma imagem profícua para narrativas futurológicas de ficções especulativas na interface do antropoceno e o pós-antropoceno, onde a catástrofes e extinções em massa vem à tona. Não faltam exemplos elencados por Povinelli, como os filmes de *Mad Max*, a ficção científica “O tempo em Marte”, de Philip K. Dick, e “à poética” de Juliana Spahr.

Esse medo de perigo constante da extinção da humanidade é reforçado também por dados empíricos. Segundo o último relatório do IPCC de 2024¹⁷ as alterações climáticas causadas pela atividade humana de emissão de gases que contribuem para o efeito estufa (CO₂ e Metano) já garantem atualmente um aumento da temperatura média do planeta de 1,1°C em 2011 a 2020, em relação ao período de 1850 a 1900. Esse aumento está causando muitos eventos meteorológicos e climáticos extremos em todas as regiões do mundo. O efeito cascata que acontece pela elevação da temperatura da atmosfera terrestre, segundo o mesmo relatório, levará a impactos generalizados na segurança alimentar e hídrica, na saúde humana, nas economias e na sociedade em geral. As perdas e danos relacionados para as pessoas¹⁸ e para outras inúmeras espécies são preocupantes dado ao aumento médio da temperatura e umidade do ar na superfície terrestre. Com base no aumento da temperatura e umidade, o relatório também apresenta projeções de riscos e impactos causados, tidos como inevitáveis, que mostram um cenário nada animador, que remete, mais uma vez, a figura do Deserto.

O coletivo indígena australiano Karrabing, com o qual Povinelli trabalha há décadas e se baseia teoricamente, entretanto, não pensam e atuam na diferença e hierarquia entre vida biológica e existência geológica, seja nas suas práticas presentes, seja nas perspectivas futuras. Para eles, as “coisas existem por meio de um esforço de atenção mútua. Esse esforço não está na mente, mas na atividade de permanência;” e, “as coisas não nascem nem morrem, embora possam virar as costas uma para as outras e mudar de estado” (p. 59). Portanto, a ontologia com a qual eles existem no mundo baseia-se em uma relação de atenção e cuidado mútuo entre todas as coisas, vivas e não vivas. Quando há uma ruptura, mudança, quebra em qualquer parte desse cuidado recíproco, o arranjo de existência é modificado. Nesse sentido, o Deserto dos aborígenes diferencia-se do Deserto do capitalismo ocidental.

Ao virar as costas umas para as outras, entidades interrompem o cuidado mútuo. Então a Terra não está morrendo. Mas a Terra pode estar virando as costas a certas formas de existência. De acordo com esse modo de pensar, o Deserto não é aquilo em que a vida inexistente. O Deserto é uma série de entidades

¹⁷ O IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change, é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas.

¹⁸ Vale lembrar que essas violências atingem diferentes populações de diferentes maneiras, reproduzindo a estrutura racista que está na base do pensamento ocidental, branco, heterossexual e capitalista: “os impactos ambientais nas cidades são socialmente produzidos: não são apenas fruto de eventualidades climáticas. No entanto, a distribuição de suas consequências se dá de forma desigual no território urbano. Esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça socioambiental e do racismo ambiental nas cidades.” (Relatório do estudo “Racismo Ambiental e justiça socioambiental nas cidades”, realizado pelo Instituto Pólis em 2022. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>>).

que interromperam seus cuidados aos tipos de entidades que os humanos são e, portanto, transformaram humanos em outros modos de existência: osso, múmia, cinza, solo (Povinelli, E. 2023, p. 59).

Como alternativa, Povinelli propõe que devemos “desdramatizar a vida humana” (p. 59) ao passo que nos responsabilizamos pelo que estamos fazendo na nossa relação de atenção e cuidado com o planeta. Isabelle Stengers (2022a) demonstra uma perspectiva que pode ser equiparada à cosmovisão aborígene. Para a filósofa belga, Gaia foi bastante mal caracterizada quando comparada a um organismo vivo, que pode estar saudável ou doente. Stengers é enfática ao anunciar que “O que quer que os homens façam, Gaia sobreviverá” (Stengers, 2022a, p. 20). O que há enquanto relação de dependência humana em Gaia seria apenas o que é relacionado ao seu regime de existência atual. Após o fim da humanidade, Gaia continuará sobrevivendo, assim como provavelmente sobreviverão diversos de seus habitantes não humanos, principalmente os microrganismos. Isso porque Gaia não é um organismo que pode ficar doente ou saudável, mas uma entidade complexa, que aglutina uma quantidade de relações e variáveis incontáveis para os cálculos racionais humanos.

Junto a esses autores e suas proposições, imaginamos que podemos reorganizar nosso pensamento para conceber o pós-antropoceno ao entendimento de que todas as espécies são diretamente responsáveis pela conformação terrestre, numa relação de cuidado – ou de não cuidado – umas com as outras. Sendo assim, não há mais a figura do antropoceno como sendo central, pois não há relação de hierarquia sobre as ações que são feitas por humanos, não humanos, vivos e não vivos.

Pós-antropoceno, paisagens e pensamentos relacionais

Do que foi exposto até agora, podemos inferir que o pós-antropoceno não precisa necessariamente significar o fim do mundo, como posto pela figura do Deserto, mas o fim de uma ontologia que cria a relação hierárquica dos humanos sobre todos os outros seres – vivos ou não – do planeta. As paisagens pós-antropoceno, nessa perspectiva, compõem-se a partir de uma mudança de compreensão acerca de um cenário já existente, onde persiste uma grande trama de seres que agem em transformação mútua, um projetando o ambiente para o outro.

O sonho humano de gestão exclusiva do planeta - e insistimos, das paisagens – já foi posto em xeque durante a pandemia do Covid19, quando um vírus mudou completamente as atividades humanas na superfície Terrestre. Não há escapatória senão encarar que há uma correlação com outras espécies das quais dependemos nas relações de socialidade. Então, como ajustar as nossas lentes para esse outro modo de ver, teorizar e propor formas de compreensão do planeta e das paisagens? Como a materialidade complexa da concha, em que naturezas-culturas imbricam-se, as paisagens são complexas em seus acúmulos de linhas de vida, de formas de existência, numa metamorfose constante, numa diversidade contaminada – mesmo as paisagens que parecem desérticas. Se compreendermos o mundo como uma correlação infinda de diversas coisas que se arranjam mutuamente de modos diferentes, o fim do mundo deixa de ser uma perspectiva iminente, uma vez que o fim da humanidade não é mais equiparado a ele. O pós-Antropoceno, desassociado da perspectiva de exclusividade humana, pode vir a ser a construção de mundo com base na perspectiva da paisagem relacional entre as mais diversas socialidades, humanas, não humanas, vivas, não vivas, encantadas etc.

A concha nos ajuda a pensar isso, na medida que é, simultaneamente, um artefato natural e produzido pela cultura, e as condições de sua existência, tal como foi encontrada, estão permeadas pela ação humana: os microplásticos no oceano, a

remodelação da orla marítima, a construção de um hotel, a demolição de um hotel, a construção de um resort, o desenvolvimento urbano da costa oceânica, os projetos políticos, arquitetônicos e as atividades turísticas que movimentam a biosfera e os territórios, as condições de quem catou a concha - em mar ou em terra – e a própria compreensão de que uma concha remete à um espaço específico, e a uma memória. Para uma concha se formar, uma quantidade de condições deve ser adequada. Essa concha, em algum momento, voltará à terra, servirá para nutrir outros modos de Gaia, outros modos de formar a superfície terrestre. O mesmo ocorre com outras paisagens, nas mais diferentes escalas. No pós-antropoceno, é importante ter em vista que

[...] não estaríamos apenas acompanhando planejamentos humanos; os humanos seriam um entre vários agentes históricos. Todas as diversas trajetórias que causaram algum impacto na paisagem seriam relevantes, quer sejam humanas ou não. Juntas, elas comporiam os ritmos polifônicos da paisagem, isto é, a atuação de múltiplas histórias conjuntas (Tsing, 2019, p. 130).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos refletir sobre como uma concha, a observação empírica, o debate conceitual acerca do binômio natureza e cultura, e a relação entre o conceito de paisagem (Tsing) e a figura do Deserto (Povinelli) de Anna Tsing ajudam a pensar o imaginário do cenário pós-antropoceno. Para tal, relatamos desde uma pesquisa exploratória de campo, que acabou culminando no encontro com a concha, e apresentamos e debatemos os temas advindos desse encontro, os quais colocamos em fricção com a discussão teórica de Anna Tsing, Emanuelle Coccia, Isabelle Stengers, e Elisabeth Povinelli, principalmente.

Há, certamente, grandes barreiras a serem transpostas para o avanço dessa proposta. A primeira e mais direta parece ser a bagagem conceitual exclusivista e monoespecífica do campo da arquitetura e do urbanismo a que estamos acostumados. Para isso, é preciso se relacionar com outras epistemologias e cosmologias para encontrar outros modos de pensar a cidade a partir da vida fora dos termos exclusivistas da vida social humana. Para isso, também é preciso repensar nossos métodos de olhar para a cidade, a fim de encarar sua complexidade. Sobretudo, pensamos que é preciso exercitar a atenção em nossas práticas e na nossa coexistência aos mais diversos seres, de modo que haja desdobramentos em nossos pensares, sonhos, e imaginações acerca dos mundos e paisagens no pós-antropoceno.

Referências

- ARAÚJO, A. (2023) Arquivos da Terra: Antropoceno e Horror. IN: *Espeluznante*. Disponível em < <https://espeluznante.substack.com/p/arquivos-da-terra-antropoceno-e-horror>>. Acesso em 26 de janeiro de 2024.
- BENJAMIN, W. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, F. (Org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, p. 44-122.
- BISPO DOS SANTOS, A. Arquitetura e Contracolonialismo. In: *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p. 56-74. 2023.

COCCIA, E. A natureza é design. trad. Paulo Holanda. *arte e ensaios*, [S. l.], v. 29, n. 45, p. 139–149, 3 set. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/60666>. Acesso em: 11 set. 2023.

COCCIA, E. *Metamorfoses*. trad. Madeleine Deschamps; Victoria Mouawad. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Dantes Editora, 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

ENRIQUEZ, M. Sob a água negra. In: *As coisas que perdemos no fogo*. Editora Intrínseca, 2017, p. 149-168.

HARAWAY, D. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *Clima Com Cultura Científica*, v. 3, n. 5, p. 139-140, 2016.

HARAWAY, D. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.
IPCC Sixth Assessment Report (AR6).RELATÓRIO DE CLIMA DO IPCC de 2024, Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/longer-report>

KOOLHAAS, Rem. Junkspace. *October*, v. 100, p. 175-190, 2002.

POVINELLI, E. *Geontologias*. trad. Mariana Ruggieri. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. Sobre o anarquivamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin. *Poiésis*, v. 15, n. 24, p. 35 - 58, dez. 2014. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, André Felipe; LOPES, Gabriel. Entre Horizontes e Sedimentos: o Impacto do Antropoceno na História a partir de Chakrabarty e seus Interlocutores. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 11, n. 2, p. 372, 2021.

STENGERS, I. E depois? de que nossa herança nos torna capazes? trad. Cecília Campello do Amaral Mello; Vladimir Moreira Lima. *Redobra*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 279–285, 2022a. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/R16_17_DEB_STENGERS.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

STENGERS, I. Reinventar a cidade? A escolha da complexidade. trad. Cecília Campello do Amaral Mello; Vladimir Moreira Lima Ribeiro. *Redobra*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 17–27, 2022b.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.